

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Assunto: Análise do recurso administrativo interposto pelo licitante **LEONARDO PASSOS GOEBEL - LICENTECH** em face de sua desclassificação do Pregão Eletrônico nº 005/2025 por não ter apresentado o balanço patrimonial.

I – RELATÓRIO

A presente decisão versa sobre a análise do recurso interposto por **LEONARDO PASSOS GOEBEL - LICENTECH**, referente ao Edital nº 005/2025, que tem por objeto a aquisição de itens de informática, eletrônicos e licenças de uso, para atender às necessidades do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina (CREF3/SC).

O licitante foi desclassificado por não atender de forma integral aos requisitos de habilitação econômica-financeira, notadamente porque não se localizou o balanço patrimonial.

O licitante, por sua vez, sustenta que foi desclassificado indevidamente, sob o argumento de que a sua inabilitação fundamentou-se unicamente na alegação genérica de ausência de localização do balanço patrimonial, sem a apresentação de análise técnica ou tentativa de verificação do conteúdo dos arquivos apresentados. O ora recorrente ressaltou ainda que não foi realizada qualquer diligência, mesmo diante de solicitação expressa nesse sentido, o que configurou, por consequência, inabilitação automática, sumária e destituída de motivação específica. Assim, pugna pela anulação de sua inabilitação e pela reanálise do acervo documental coligido aos autos.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Preambularmente, faz-se mister pontuar que o presente procedimento licitatório está regido pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelos termos do Edital nº 005/2025, que constitui o instrumento vinculante entre a Administração e os licitantes, na forma do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Com efeito, a inabilitação da empresa decorreu do entendimento de que não houve o atendimento integral aos requisitos de habilitação econômico-financeira, especialmente em razão da suposta não localização do balanço patrimonial.

Contudo, ao reavaliar o caso, verifica-se que a empresa apresentou, de fato, o balanço de abertura. Além disso, é enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fazendo jus ao regime tributário diferenciado previsto na Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021, com as alterações da IN RFB nº 2.142/2023, que prorrogam o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) até o dia 30 de junho de 2025 para os fatos contábeis do exercício de 2024.

Ademais, a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) permite que microempresas optantes pelo Simples Nacional adotem uma contabilidade simplificada. Por sua vez, o item 9.3.5. do Termo de Referência do Edital estabelece que as empresas criadas no exercício financeiro do processo de contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Portanto, ante o exposto, o presente recurso merece ser provido, com a consequente revogação da desclassificação do licitante **LEONARDO PASSOS GOEBEL - LICENTECH**.

III – CONCLUSÃO

Dessa forma, reconsidero a decisão anteriormente proferida e revogo a desclassificação da empresa **LEONARDO PASSOS GOEBEL - LICENTECH**, reintegrando-a ao certame no estágio em que se encontrava, para fins de prosseguimento regular da licitação.

Publique-se esta decisão e promova-se a imediata ciência aos demais licitantes, inclusive por meio do sistema eletrônico utilizado no certame.

Florianópolis, 08 de agosto de 2025

DÉBORA GRIZANTE

Pregoeira

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA CATARINA – CREF3/SC